

A ATIVIDADE PSICOPEDAGÓGICA EM ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Rafael da Silveira¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo de estudo analisar a atividade psicopedagógica em Organizações Não-Governamentais, a fim de buscar a compreensão sobre seu papel no contexto educacional não-formal de aprendizagem, sem perder de vista o seu compromisso ético frente seu objeto de trabalho, que é intervir de forma pedagógica com alunos que apresentam dificuldades, problemas ou distúrbios globais de desenvolvimento para aprender. O recorte da temática é enfatizar a atuação do psicopedagogo no resgate da cidadania dos sujeitos em situação de vulnerabilidade sociocultural, numa comunidade pouco assistida pelas políticas governamentais, numa pesquisa de campo realizada na cidade de Caruaru, estado de Pernambuco, no ano de 2018, entre os meses de junho a novembro, sob análise qualitativa de dados com questionários semiestruturados entregues para quarenta famílias, na instituição *Estrela do Mar* (nome fictício). O profissional de Psicopedagogia realiza nesses espaços-tempos educacionais a assessoria com foco na inclusão desses sujeitos em dificuldades de aprendizagem, neste sentido é possível reconhecer a validade de sua atuação através das avaliações, do diagnóstico e das intervenções que ocorrem com planejamento prévio das atividades nesses espaços educativos não-formais como forma de garantir o direito da criança aprender. Dos quarenta formulários entregues para as famílias, houve devolutiva de trinta e cinco no prazo estabelecido, sobre os resultados da pesquisa foram destacados pelos participantes a necessidade de melhorias na qualidade de ensino escolar nos contextos formais de educação, assim como a dificuldade da escola gerir processos educacionais mais inclusivos para crianças que apresentam algum tipo de necessidade especial, com destaque para a necessidade de profissionais habilitados, percebe-se a necessidade da atuação do psicopedagogo nesses espaços alternativos de educação não-formal, como forma de garantir o direito à aprendizagem do aprendente.

PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia institucional. Assessoria psicopedagógica. Educação inclusiva. Educação não-formal.

¹ Mestrando (Aluno Temporário) no Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da UFPE. É Psicanalista Clínico pelo IBPC (Instituto Brasileiro de Psicanálise Clínica), Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional, em Neuropsicopedagogia pela Universidade Candido Mendes (UCAM - RJ), é Graduado em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC - SC), Pesquisador na área de Educação (dos processos de ensino e aprendizagem, de seus desdobramentos escolares) e em Saúde Mental. Alpha Faculdade. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7865-9628>. E-mail: prof.rafael.silveira@gmail.com

THE ACTIVITY PSYCHOPEDAGOGIC IN NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS

ABSTRACT: This article aims to analyze psychopedagogic activity in Non-Governmental Organizations, in order to search understanding about their role in the context non-formal of learning, without losing sight your ethical commitment front your work object, that is to intervene pedagogically with students who have shown difficulties, problems or global disturbances in development to learn. The fragment of theme is emphasizing the performance of psychopedagogists at the citizenship rescue of subjects in situation of sociocultural vulnerability, into a community little attended by government policies, in a psychic field trip held in the city of Caruaru, state of Pernambuco, in the year of 2018, between the months of June and November, under qualitative analysis with questionnaires semi-structured delivered for forty families, at institutional *Starfish* (fictitious name). The Psychopedagogy professional performs in these educational space-times the advice focusing on inclusion of these subjects in learning difficulties, in this sense it is possible to recognize the validity of its performance through the evaluation, of diagnosis and interventions that occur with prior planning of activities in this non-formal education spaces as a way of ensuring the right of child learn. Of the forty forms delivered to families, there was devolutive than thirty-five within the time limit set, on the research results were highlighted by the participants the need for improvement in quality of education in form contexts of education, as well as the difficulty from school to manage education processes more inclusive for infants suffering some kind of special need, with emphasis the need for qualified professionals, you can tell the necessity the performance of psychopedagogists in these alternative spaces of non-formal learning, as a way of ensuring the right the learning of learner.

KEYWORDS: Institutional Psychopedagogy. Psychopedagogic Advice. Inclusive Education. Non-Formal Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como questão central o fazer psicopedagógico como um espaço de resgate da cidadania dos sujeitos em situação de carência de recursos e vulnerabilidade político-social-econômico e educacional, sob o recorte principal de analisar a atuação do psicopedagogo institucional em setores da sociedade com carências de políticas efetivas que atendam às necessidades básicas da comunidade de um bairro da cidade de Caruaru – PE, pesquisa realizada no ano de 2018.

Respeitando o sigilo das informações do campo de pesquisa que estão no presente código de ética do psicopedagogo, será revelado apenas o nome da cidade em que se deu a pesquisa, em Caruaru – PE, e todos os demais dados

serão fictícios a fim de conceder credibilidade à pesquisa como referencial teórico bibliográfico para as intervenções psicopedagógicas, como espaço educativo não-formal deste profissional desenvolver atividades socioeducativas.

A pesquisa foi realizada no ano de 2018, de junho a novembro, como atividade de pesquisa de campo, a metodologia utilizada foi de cunho descritiva com abordagem qualitativa, através dos questionários semiestruturados que foram entregues aos pais/responsáveis da instituição *Estrela do Mar*, num total de quarenta questionários com a análise de dados sob a ótica qualitativa dos dados.

A presente pesquisa foi de cunho descritiva com abordagem qualitativa, como observa (LAKATOS; MARCONI, 2009), com características específicas de observação, registro, descrição, análise e correlação de fatos ou fenômenos, sem interferência direta do pesquisador, visando descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvem o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, questionário e observação sistemática. Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre as principais atribuições do psicopedagogo institucional em espaços-tempos não escolares, no sentido de fazer entender a sua atuação em ONG's (Organizações Não-Governamentais) e buscar um processo de cidadania sociocultural e inclusiva de crianças e jovens com respeito aos diversos aspectos da aprendizagem humana, numa rede complexa e multifatorial que intervêm ou prejudicam uma qualidade básica de aprendizagem para o mundo-da-vida.

A aproximação ao campo de pesquisa ocorreu a partir da necessidade da instituição em obter no seu quadro de profissionais, especialistas em educação que tratem das dificuldades de aprendizagem.

Desta forma, foi possível caracterizar a presente pesquisa descritiva de cunho qualitativa, aplicando-se os questionários de maneira que os seus participantes mensurassem as situações problemas do cotidiano. Neste sentido, a condução técnico-científica realiza-se através de perguntas que expressem as reais necessidades e dificuldades desses sujeitos vivenciando em situação de vulnerabilidade social. Mais adiante, foi realizada a transcrição das respostas dos participantes, correlacionando com o estudo da Associação Brasileira de Psicopedagogia do estado de Sergipe.

Neste sentido, a assessoria psicopedagógica pode ser possível a partir de um trabalho interdisciplinar, envolvendo profissionais de outras áreas do conhecimento na busca da qualidade nos processos de ensino e aprendizagem, com profissionais como o psicólogo, o fonoaudiólogo, dentre outros, atuando de forma interdependente e autônoma para a aprendizagem significativa do aprendente.

Enquanto a inclusão social tem feito parte da agenda dos governos de países em desenvolvimento e até mesmo do terceiro setor, se constituindo em um tema atualizado e carro chefe de políticas sociais, a Psicopedagogia é um campo de estudo relativamente novo no Brasil, da década de 1970, neste sentido, no campo institucional seu compromisso é com a inclusão de crianças em situação de problemas e dificuldades de aprendizagem em geral, com vistas a promoção da aprendizagem educacional.

O presente artigo tem por objetivo analisar os processos de assessoria, intervenção e avaliação em espaços educativos não-formais, como é o caso das atividades desenvolvidas em instituições não-governamentais, que procuram muitas vezes desempenhar o papel que o Estado e as políticas públicas não dão conta de garantir aos seus cidadãos de direito.

2 PARCERIAS ENTRE PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES COLABORADORAS

O terceiro setor é o lugar por excelência em que se constituem as ações psicopedagógicas, é toda atividade não-governamental e sem fins lucrativos, desenvolvidos fora do setor do Estado, conhecido como primeiro setor, assim como também se realiza fora do âmbito empresarial, conhecido como segundo setor. Portanto, o terceiro setor é chamada de Organização Não-Governamental, seu maior desafio é estabelecer um diálogo com os outros dois setores, criando parcerias, mas de forma independente.

No chamado terceiro setor, o psicopedagogo é desafiado realizar tais parcerias com profissionais do segundo setor (empresarial), assim como de dinamizar relações com outras instituições parceiras que possam colaborar com ações políticas diversas que visem à inclusão educacional e a promoção da aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Como referência de ação social psicopedagógica, com base no terceiro setor, visando parcerias entre profissionais e instituições colaboradoras, vale citar (COSTA, 2006, p. 222), que diz que:

A Associação Brasileira de Psicopedagogia-Seção Sergipe, consciente da demanda para o atendimento psicopedagógico e do seu papel social frente à comunidade sergipana, investe, junto à Secretaria de Saúde Municipal, na possibilidade de atendimento psicopedagógico nos Postos de Saúde Pública da capital. Viabilizada essa proposta com sucesso, hoje podemos contar com a intervenção psicopedagógica na rede pública, na qual o psicopedagogo faz parte do Centro de Especialidades Médicas da Criança e do Adolescente, em Aracaju. Nesse espaço, a intervenção clínica psicopedagógica assume uma proporção significativa em termos de número e qualidade de atendimentos, não deixando de lado a tão importante orientação às famílias e aos professores das crianças com problemas de aprendizagem atendidas por esse serviço.

O psicopedagogo pode atuar em instituições como em escolas, hospitais, empresas e na clínica para acompanhar de perto alunos com dificuldades de aprendizagem em geral, de forma preventiva e terapêutica, para compreender os processos de desenvolvimento e das aprendizagens humanas, recorrendo de forma estratégica e objetivando se ocupar dos problemas que podem surgir no decorrer do percurso do ensino, com o objetivo de superar esses problemas intervindo de forma significativa para promover aprendizagens significativas.

Segundo Coelho (2000), o Terceiro Setor pode ser representado como toda a atividade não-governamental e sem fins lucrativos, geralmente realizados fora do setor do Estado. Para a Psicopedagogia Institucional, o desafio que se coloca para este profissional é sem sombras de dúvidas, estabelecer um diálogo possível entre as necessidades educativas que se percebem em contextos sociais em que o Estado pouco colabora na constituição de políticas que possam sanar tais dificuldades, neste sentido, o psicopedagogo surge como profissional que poderá gesticular de maneira interdisciplinar interesses dos sujeitos com suas dificuldades e instituições colaboradas na promoção da aprendizagem inclusiva e de qualidade.

Para tanto, o profissional de psicopedagogia recorre à conhecimentos científicos provenientes de diversas áreas que investigam o fenômeno do saber humanístico, como a Neurologia, a Linguística, a Psicanálise, a Psicologia Genética, a Psicologia Social, a Pedagogia, a Psicologia Geral, dentre outras, no sentido de aliar a práxis psicopedagógica considerando os diversos fatores que

interferem na aprendizagem, dentre eles, o aspecto orgânico, psíquico, cognitivo, afetivo, emocional, físico e de ordem do sistema, a fim de alcançar a compreensão desse processo de maneira multidisciplinar, para auxiliar na superação das dificuldades de aprendizagem, segundo (BOSSA, 1994, p.55), “[...] o que caracteriza uma atuação como psicopedagógica é a sua especificidade, ou seja, o campo de atuação voltado para o processo de aprendizagem e seus fatores intervenientes”.

Vale ressaltar que o profissional de psicopedagogia presta assessoria de forma a possibilitar as intervenções visando à solução dos problemas e dificuldades de aprendizagem, tendo como foco de trabalho o aprendente em seu contexto sociocultural, em instituições não governamentais, onde pode atuar de forma assistiva em espaços de educação não-formal realizando a avaliação, o diagnóstico e as intervenções que se fizerem necessárias e utilizando os métodos, os instrumentos e as técnicas próprias do psicopedagogo sem perder de vista o caráter ético das suas intervenções.

Os fatores dos transtornos e dos problemas de aprendizagem podem estar centralizados no indivíduo, nos aspectos orgânicos, cognitivos, emocionais e podem também estar no ambiente, provenientes na família, na escola e na sociedade num todo complexo multifatorial, assim como nas relações e interações ali estabelecidas historicamente, no perfil da escola, em sua filosofia, metodologia, estrutura administrativa e pedagógica que, em geral, oferecem poucos estímulos para desenvolver as potencialidades educativas da aprendizagem escolar sistemática, porque ainda mantém um modelo educacional tradicional e arcaico de ensino.

O desafio que se coloca à psicopedagogia no âmbito institucional, em especial nestes espaços-tempos, segundo Scoz (1987), é atuar sobre o aspecto preventivo e curativo, no sentido de estabelecer as diversas áreas humanas que estão relacionadas à aprendizagem escolar, como a perspectiva motora, linguística, cognitiva, emocional, no sentido de auxiliar a organização e o planejamento de condições de aprendizagens integradas numa dimensão global do indivíduo que esteja de acordo com as suas singularidades, a fim de que o processo educacional possa responder a complexidade dos processos de ensino na atualidade.

Sobre o trabalho psicopedagógico, em situações-problemas do cotidiano de seu trabalho, vale apontar Fernández (1990), em que analisa que tais problemas não aparecem de forma isolada e individual no aprendente, mas se apresentam em circularidade causal com os vínculos familiares onde se inter cruzam, os sintomas seriam apenas como sinais do problema de aprendizagem que precisa ser avaliado em sua totalidade.

A Psicopedagogia, enquanto ciência que produz autoria de conhecimento, pode apresentar-se como área fundamental do saber nas parcerias e colaborações entre as instituições e os profissionais das áreas de educação e saúde, de maneira interdisciplinar, para a ampliação das suas possibilidades de buscar a qualidade nos processos relacionais, presentes na aprendizagem humana, que ocorre no movimento do desejo, potencialidade maior para que cada um tenha reais possibilidades de construir as próprias aprendizagens ao longo da vida profissional.

Por isso, constata-se a necessidade do planejamento das ações psicopedagógicas que atentem para o seu objetivo principal que é contribuir para a educação inclusiva e de qualidade dos alunos com intervenções educativas que não percam o foco do seu objetivo educativo, sobre os problemas e dificuldades de aprendizagem no cotidiano dos espaços não-formais de educação.

3 A ÉTICA PSICOPEDAGÓGICA DE CADA PARTICIPANTE EM INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Segundo Fantova (2005), o profissional de psicopedagogia deve desenvolver as competências pessoais com atitude ética, realizando uma análise crítica e reflexiva sobre a sua capacidade de gerir problemas (para agir diante de conflitos, buscando soluções possíveis e positivas); a capacidade de negociação (para agir buscando soluções integradoras e satisfatória de recursos para as partes envolvidas); a gestão adequada de informações (para agir como difusor e porta-voz das opiniões de determinados grupos de pessoas); a capacidade de adaptar-se a contextos diversos (para agir de maneira polivalente e flexível a novos procedimentos e exigências); a capacidade de exercer de forma segura a sua autonomia e responsabilidade e, por fim, a capacidade de agir de forma construtiva

e tolerante, mesmo diante de situações difíceis de trabalho (para agir e manter o bom senso crítico e profissional, nem sendo agressivo, nem sendo inibido).

Como necessidade efetiva da atuação do psicopedagogo, de sua credibilidade na sociedade em geral, assim como a consequente atitude ética para o estabelecimento de relações com outros profissionais e instituições, vale citar (COSTA, 2006, p. 222), onde afirma:

Esse reconhecimento despertou, nas Secretarias Municipais de Educação do interior do Estado, o interesse pela realização de concurso público, dando cada vez mais credibilidade ao psicopedagogo sergipano e oportunidade de um maior número de crianças e adolescentes saírem do lugar de quem não aprende, haja visto que o vínculo na relação com o aprendente e com a aprendizagem só *acontece se o sujeito que ensina envolve-se como professor, além de como profissional*, reforçando para o professor o interesse por novos conhecimentos para poder entender, com mais clareza e cientificidade, o não aprender e o aprender.

Quanto à sua atuação, o Código de Ética do Psicopedagogo (2013) que fora formulado pela ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia), afirma logo no primeiro capítulo sobre os princípios de sua atuação, em “[...] Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sociohistórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos” para intervir sobre os problemas relacionados aos processos de ensino e aprendizagem.

Sobre a ética profissional do psicopedagogo, vale questionar sobre a sua real atuação para identificar, diagnosticar e cuidar de problemas de aprendizagem educacionais, num processo reflexivo e crítico sobre qual é o seu papel em instituições não-governamentais como espaços de educação não-formais, sobre as suas atribuições e deveres profissionais nestes espaços, ação esta que deverá estar a favor do aprendizado do educando.

Segundo (BEAUCLAIR, 2009, p. 51), aponta para os principais objetivos da atuação psicopedagógica, afirmando que:

Deste modo, o campo de estudo da Psicopedagogia está focado no próprio ato de aprender e ensinar, percebendo que é necessário considerar simultaneamente aspectos da realidade interna e da realidade externa da aprendizagem, visando compreender as dimensões sociais, subjetivas, afetivas e cognitivas que interagem dialeticamente na

constituição do sujeito que se movimenta na complexidade inerente ao processo de conhecer.

Neste sentido, cada participante da equipe de trabalho, seja psicopedagogo ou outro profissional de áreas afins, atuando nos processos de ensino e aprendizagem, tem como tarefa fundamental a desempenhar em toda a comunidade o exercício do olhar crítico para a realidade social e institucional com autoria de pensamento nas ações propostas, não esquecendo que o cotidiano é complexo e deve ser observado com criticidade e vigilância na busca da construção de saberes significativos.

Para tanto, as principais funções do psicopedagogo nas instituições não-formais de educação podem ser entendidas no sentido de desenvolver um olhar em detalhe e em proximidade relacional, com a finalidade de exercer a cumplicidade de poder contribuir com as ações, as estratégias, as possibilidades e alternativas possíveis para promover nesses espaços educativos a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de habilidades no educando para o mundo-da-vida.

No conjunto dos problemas e dificuldades de aprendizagem do aprendente, se for observá-lo individualmente, poderão ser levantadas várias hipóteses de suas causas, como por exemplo, as que ocorrem no desenvolvimento neurológico precoce, podendo produzir dificuldades na aquisição da leitura, da escrita, da resolução de problemas, dentre outros, que só podem ser superados com métodos de aprendizagem alternativas e dinâmicos para a construção de novos saberes por parte do educando.

Torna-se necessário compreender que cada criança, jovem ou mesmo adulto é um ser diferente, único e singular, e por isso, deve ser avaliado e habilitado como um indivíduo total e evolutivo, em constante construção do seu processo de aquisição do saber como ser inacabado em constante construção nas relações de pares com outros sujeitos sociais, por isso, a necessidade da escuta atenta e do olhar sensível para tais sujeitos em situação de dificuldade.

Independente do espaço de atuação do psicopedagogo, seja ele clínico ou institucional, seu compromisso será com os processos de ensino e aprendizagem, no sentido de compreender seu papel na construção do conhecimento do educando, a fim de que a aprendizagem envolva sempre uma interação entre o

sujeito e a tarefa, ou seja, quando alguém aprende qualquer coisa, como ler ou escrever, está sempre em jogo um processo de informação entre o sujeito aprendiz e a tarefa, neste exemplo, a leitura ou a escrita.

Nos espaços-tempos de educação não-formal, a aprendizagem significativa pode ser compreendida como mudança de comportamento provocada por uma experiência que num momento inicial não é dominada e num momento final a tarefa, atividade ou mesmo habilidade esperada passa a ser dominada e desempenhada com sucesso, aí pode-se afirmar que o aluno aprendeu a tarefa mediada pelos atores da instituição por meio de recursos alternativos usados para aprender.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intenção da presente pesquisa de campo sobre a atuação do psicopedagogo institucional em instituições não-governamentais, teve como foco principal analisar a presença deste profissional nesses espaços de educação não-formal, justamente porque nessas comunidades existe há necessidade emergente de políticas de inclusão social, visto que são comunidades com pouca ou quase nenhuma assistência governamental básica em saúde, educação, policiamento e habitação que se materialize na forma de políticas que atendam às necessidades desses sujeitos em suas demandas contextuais.

Os objetivos da pesquisa estão alicerçados sobre a relação entre a teoria e a prática psicopedagógica na forma de sua atuação sobre os princípios éticos, no que tange aos limites de sua atuação, em promover processos inclusivos educacionais às crianças que apresentam distúrbios, dificuldades e problemas relacionados com o saber escolar.

Partindo desta premissa, a atuação do psicopedagogo poderá ser desvelada considerando que tais espaços servem para o resgate da cidadania dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade sociocultural, considerando que a apropriação do saber por parte do aprendiz e a superação de suas dificuldades estão relacionadas a ascensão social e a promoção da aprendizagem.

Sobre os resultados pesquisa de campo, vale salientar que foi realizada no ano de 2018 na cidade de Caruaru, estado de Pernambuco, entre os meses de

junho a novembro, com metodologia empregada sob a forma de entrevista semiestruturada para quarenta famílias com perguntas abertas, que foram entregues para os pais/responsáveis das crianças frequentadoras da instituição *Estrela do Mar* (nome fictício).

Dos quarenta questionários aplicados para as famílias com filhos que frequentam o espaço educativo não-formal, houve o retorno de trinta e cinco questionários, o que favoreceu na análise dos dados o retorno significativo das mesmas, assim como houve o atendimento às expectativas da pesquisa de campo, com quatro profissionais com formação em Psicopedagogia Institucional, reafirmando a atuação deste profissional nesses espaços inclusivos de educação.

A seguir, apresentam-se dois quadros de questionários aplicados durante a realização da pesquisa, cuja composição representa seu respectivo objetivo e centralidade da temática.

Quadro 1 - Questionário Comunitário

Nome da pessoa (RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO FAMILIAR):				
Quantas pessoas residem na mesma residência (INCLUINDO VOCE):				
1 – Este domicílio é: A – Próprio – já pago B – Próprio – ainda pagando C - alugado D – cedido por empregador E – outra	2 – Qual a distância de sua residência até a instituição escolar?	3 – Qual a condução que frequentemente utiliza até a sua escola?	4 – Como avalia os serviços prestados pela prefeitura no que tange à educação escolar?	5 – Como avalia os serviços de educação especial prestados em seu município?
6 – Como avalia os serviços básicos de saúde e assistência educacional à crianças com necessidades especiais?	7 – De maneira global, como avalia os serviços prestados de distribuição de água, saneamento, coleta de lixo? Esgoto e sanitário são lançados onde?	8 – Como avalia os serviços prestados pelo policiamento de seu bairro?	9 – Existe uma atenção especial à criminalização, às drogas e violências em geral?	10 – Sobre as prioridades básicas de seu bairro, aponte para três melhorias que considera essenciais?

Fonte: autor

Quadro 2 - Questionário do Núcleo Familiar

Nome da pessoa (RESPONSÁVEL DO NÚCLEO FAMILIAR):				
Quantas pessoas residem na mesma residência (INCLUINDO VOCÊ):				
1 – Qual o sexo e a idade do representante do núcleo familiar:	2 – Qual a coraça do representante do núcleo familiar:	3 – O responsável pelo núcleo familiar sabe ler e escrever?	4 – Qual é o seu rendimento mensal total?	5 – Na sua residência, quantas pessoas estão em idade escolar e frequentam a escola?
6 – Em sua residência alguém necessita de atendimento educacional especializado para superar as dificuldades de aprendizagem ou transtornos globais de desenvolvimento?	7 – Em sua residência alguém apresenta dificuldades na escrita, leitura, matemática ou em outra área do conhecimento?	8 – Em sua avaliação, a instituição escolar oferece os meios necessários para a aprendizagem de seu filho?	9 – Como a família sente-se acolhida em suas necessidades básicas pelos serviços saúde, educação, habitação, moradia e segurança representados por seus agentes políticos comunitários?	10 – Sobre as prioridades básicas de sua família, aponte para três fatores que considera essenciais?

Fonte: autor

A transcrição das respostas dos participantes ocorreu após a coleta dos trinta e cinco questionários de maneira que se apurassem dados relevantes sobre a situação de vulnerabilidade dessas famílias, evidenciando-se o sexo do responsável pelo núcleo familiar, a situação de poder aquisitivo e renda, os dados escolares de defasagem e de necessidades especiais de aprendizagem.

Em relação ao questionário comunitário, vale destacar que 60% das famílias entrevistadas, o responsável pelo núcleo familiar é do sexo feminino, em sua grande maioria não possuem casa própria, pagam aluguel e quem mantém financeiramente a casa é a mulher.

Quanto as classes sociais denominadas de alta, média e baixa, a maioria dos participantes, mais de 90% dos entrevistados pertencem a classe baixa da sociedade, visto que recebem de um à dois salários mínimos mensais.

Quanto aos serviços prestados pela prefeitura no que tange à educação escolar, a fala de um dos entrevistados expressa que: *o desenvolvimento das atividades educativas na sala de aula, onde meu filho estuda não consegue*

acompanhar o ritmo dele e por isso apresenta defasagem escolar. De modo geral, caminha neste sentido a fala da grande parte dos demais questionários.

Na instituição *Estrela do Mar*, existem nas famílias dos entrevistados 40% de alunos que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial que solicitam à instituição algum tipo de recurso ou metodologia específica para o acompanhamento das atividades pedagógicas, dentre elas, estão a surdez que exige o ensino de LIBRAS, a hiperatividade e os transtornos globais de desenvolvimento, exigindo da instituição metodologia específica para lidar com as dificuldades de aprendizagem.

Sobre as prioridades básicas da comunidade, foram apontados melhorias na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem na escola em que os educandos estão regularmente matriculados para sanar as dificuldades encontradas, assim como a necessidade de profissionais com maior qualificação para atender tais alunos com dificuldades e transtornos globais de desenvolvimento.

Quanto aos aprendentes que frequentam a instituição, praticamente todos apresentam algum tipo de dificuldade nos processos de ensino e aprendizagem, seja na escrita, leitura, matemática ou em outra área do conhecimento ou ainda possuem diagnóstico de hiperatividade e transtornos globais de desenvolvimento, nestes foi constatado em 40% das famílias entrevistadas. Este é um dado importante de ser analisado, tendo em vista a necessidade de assistência educacional demandada por seus participantes.

Sobre as prioridades básicas da família, foram apontados como fatores essenciais pelos participantes da pesquisa, a necessidade da escola gerir de forma autônoma processos de ensino e aprendizagem mais inclusivos, participativos de maneira que os alunos com dificuldades ou transtornos globais de aprendizagem conseguissem superar e avançar no próprio contexto escolar suas dificuldades.

Pode-se destacar como fundamental o investimento público voltado para a gestão de recursos básicos para a escola atender de maneira eficaz as demandas de seu cotidiano educativo, em contrapartida é possível constatar a importância da instituição *Estrela do Mar*, como parceria que garante os processos inclusivos necessários aos cidadãos de direito no entorno da comunidade em que está localizada.

5 ASSESSORIA PSICOPEDAGÓGICA: O DIAGNÓSTICO E O PLANEJAMENTO

Basicamente, as atribuições do psicopedagogo institucional estão relacionados aos campos da Educação e Saúde, ocupando-se do fenômeno da aprendizagem como um todo, considerando os diversos fatores e influências que atuam sobre o sujeito, nas interações com a família, a escola e a sociedade, o trabalho do psicopedagogo centraliza-se na interação e colaboração na construção dos saberes na forma de socialização do conhecimento em parcerias com profissionais de outras áreas, de maneira interdisciplinar, como os psicólogos, psiquiatras e terapeutas, por exemplo.

Em relação à inclusão social de crianças com autismo, vale citar (ARAÚJO; ROSADO, 2017, p. 5), que reafirma o compromisso do psicopedagogo para com os processos educacionais:

[...] o psicopedagogo precisa orientar os professores e toda a equipe escolar a trabalhar com essas crianças. É de suma importância que se use instruções claras, diretas e simples para cada tarefa orientada; ensinar comportamentos e obediência e regras; usar estímulos visuais facilitando o aprendizado; estimular a autonomia e a independência; utilizar de reforço positivo elogiando e parabenizando a cada comportamento correto ou acerto em atividades. Todavia, os reforços podem ser sociais, com uso de atividades e ou brinquedos.

Quanto ao aspecto da atuação em assessoria psicopedagógica baseia-se na promoção da aprendizagem dos processos inclusivos, as ações frente à dificuldades de aprendizagem, a realização de pesquisas sobre o fenômeno da aprendizagem, assim como a mediação de conflitos relacionados aos processos de ensino e aprendizagem educacional.

É importante salientar que no processo de aprender estão inter-relacionados o corpo e o organismo, a inteligência e o desejo na construção de saberes e autorias de pensamento, em que (FERNÁNDEZ, 1990, p. 52) assinala que “O conhecimento não pode ser transmitido diretamente em bloco. O ensinante transmite-o através de uma enseña. Necessita-se um modelo, um emblema do conhecimento. Se escolhe uma situação, se faz um recorte [...]”, sinalizando que ao mesmo tempo que se ensina, também se transmite a ignorância do saber fragmentado.

Em relação a parceria entre os profissionais que trabalham com educação e áreas afins, em processos de assessoria psicopedagógica, colaboração e reelaboração da aprendizagem se efetiva, em geral, numa sociedade que privilegia a educação por se configurar como oportunidade de ascensão social dos indivíduos como valor de capital cultural que representa a progressão dos estudos, justamente por este motivo, o fracasso escolar se apresenta como um processo de marginalização social, como um abismo entre as classes sociais que divide os ricos dos pobres e como fenômeno que cresce em escala mundial.

Neste sentido, o psicopedagogo foi convidado em seu campo de atuação que se relaciona aos problemas e as dificuldades de aprendizagem para gerar novas proposituras para os antigos problemas educacionais, em especial, para os indivíduos que vivem em comunidades com pouca assistência governamental, através das instituições não governamentais que compreendem o terceiro setor da sociedade.

Segundo Gilson Leonardi (2005), denomina as ações na forma de trilhas como possibilidades de sustentação das intervenções psicopedagógicas, como a trilha para o acompanhamento escolar, a trilha do sentimento de pertença e responsabilidade ecológica, a trilha do apoio e orientação às famílias, a trilha para apoiar e melhorar a condição de saúde familiar, a trilha da emancipação econômica e a trilha da mobilização social e participação comunitária, no sentido de promover a participação de toda a comunidade para os processos inclusivos dos menos favorecidos e a promoção da aprendizagem na direção da construção do saber.

Nessas trilhas que apontam para a sustentação da prática psicopedagógica em Organizações Não-Governamentais, sinaliza-se à trilha das letras, do acompanhamento escolar e ações complementares à escola; a trilha das águas, do pertencimento e responsabilidade ecológica; a trilha do aconchego, do apoio e orientação familiar; a trilha da saúde, do apoio à melhoria da saúde da família; a trilha dos fazeres, da emancipação econômica das famílias; e por fim, as trilhas cruzadas, da mobilização social e participação comunitária, como forma de garantir os direitos dos sujeitos aprendentes num contexto de vulnerabilidade sociocultural em que o profissional de psicopedagogia é convocado para atuar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a instituição *Estrela do Mar* pode servir como referencial teórico e prático para compreender a dinâmica da atuação do profissional de Psicopedagogia Institucional em espaços de educação não-formal, no sentido de contribuir com processos educacionais inclusivos na promoção da aprendizagem de alunos que apresentam dificuldades ou transtornos globais de desenvolvimento.

Vale salientar que o profissional de psicopedagogia deverá respeitar os estritos limites da sua atuação, tendo em vista os problemas e dificuldades de aprendizagem educacionais, atuando de maneira ética com análise crítica e reflexiva para gerir problemas e conflitos em busca de soluções positivas, tendo a capacidade de negociação satisfatória com recursos entre os envolvidos, promovendo a gestão adequada de informações nos contextos diversos, exercendo de forma segura a autonomia nos processos de autoria de pensamento.

É importante pontuar que as principais funções do psicopedagogo institucional em instituições não-formais de educação é desenvolver um olhar atento e uma escuta sensível em processos de proximidade relacional, identificando os problemas de aprendizagem dos alunos através da assessoria, do diagnóstico e do planejamento das ações, com a utilização de estratégias e alternativas para promover aprendizagens significativas, assim como o desenvolvimento de habilidades no processo de construção do saber para o mundo-da-vida.

O olhar atento e a escuta sensível tornam-se fundamental na prática do profissional de Psicopedagogia Institucional a partir do princípio pedagógico que compreende cada criança como um ser único e singular, e por isso, deve ser avaliado de maneira global como um todo integrativo de forma que o planejamento psicopedagógico contemple as diferenças dos educandos nos seus processos de aprendizagem.

E, por fim, é importante sublinhar que numa sociedade como a nossa, neoliberal e capitalista, a educação se configura como privilégio da classe dominante e serve principalmente como oportunidade de ascensão social dos indivíduos como valor de capital cultural, na sua contrapartida, o fracasso escolar

se apresenta como um processo de marginalização social. A Psicopedagogia Institucional, portanto, poderá atuar nos espaços de educação não-formal de maneira alternativa, apontando caminhos para intervir na forma de ações como trilhas para seguir, na direção do acompanhamento escolar, do sentimento de pertença e responsabilidade ecológica, do apoio e orientação às famílias, para apoiar e melhorar a condição de saúde familiar, da emancipação econômica e da mobilização social e participação comunitária na promoção dos processos de inclusão social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Priscila M. M.; ROSADO, Adélia C. da S. **A importância do profissional de Psicopedagogia na inclusão de crianças autistas na sala de aula.** IIICINTEDI. 2017/2018. Disponível em <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA6_ID2116_30072018141747.pdf> Acesso em 06 ago. 2019.
- BEAUCLAIR, João. **Para entender psicopedagogia: perspectivas atuais, desafios futuros.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Wak, 2009.
- BOSSA, Nádya Aparecida. **A Psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da prática.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1994.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos.** São Paulo: SENAC, 2000.
- COSTA, Auredite Cardoso. **Avanços da Psicopedagogia em Sergipe.** Artigo Especial. 2006. v. 23 ed. 72. Disponível em <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/376/avancos-da-psicopedagogia-em-sergipe>> Acesso em: 05 ago. 2019.
- FERNÁNDEZ, Alícia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- FANTOVA, Francesc Marro. O psicopedagogo na área de recursos humanos das organizações. In: IGEA, Benito del Rincón. **Presente e futuro do trabalho psicopedagógico.** Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONARDI, Gilson. **A atuação da psicopedagogia no terceiro setor:** Em busca de um espaço amplo de ação em resgate da cidadania. Const. Psicopedag., v.13 n.10, São Paulo 2005. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100008> Acesso em: 02 out. 2018.

PSICOPEDAGOGIA, Associação Brasileira de. **Código de ética do psicopedagogo (ABPp).** 2013.
<http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html>. Acesso em: 26 set. 2018.

SCOZ, Beatriz Judith Lima (orgs.) et al. **Psicopedagogia:** o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.